Caríssima(o) Associada(o),

É com uma combinação de emoções que apresento o livro do Grupo de Trabalho **Empresa, Sustentabilidade e Funcionalização do Direito**, do XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de São Paulo entre os dias 13 a 16 de novembro de 2013. Sinto-me realizado, alegre e com o sentimento de dever cumprido ao constatar a qualidade e quantidade dos trabalhos de cada GT. Por outro lado, a emoção da despedida igualmente se faz presente e, nesse particular, quero desejar muito sucesso à nova diretoria e, em especial, ao nosso novo presidente Professor Raymundo Juliano do Rego Feitosa.

Registramos a nossa particular felicidade ao constatar que, mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo mais de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 40 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas *stricto sensu* na área do Direito. Ao longo desses últimos 04 (quatro) anos fizemos o Direito ser respeitado e ouvido em todos os órgãos governamentais e não governamentais, além de florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária.

O nosso XXII Congresso Nacional foi marcado por um duplo sentimento. Primeiro, o de *desafio* – já que foi sediado por uma Instituição nova no sistema de Pós-Graduação (UNINOVE). Segundo, de gratidão, já que sinaliza o encerramento de minha gestão, ao longo de dois biênios, à frente da Diretoria do CONPEDI.

O Congresso teve como pano de fundo a temática sobre "a sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade". Nada mais atual e relevante. De fato, o limiar do século XX e início do atual, notadamente marcado pelo processo de globalização, impõe uma série de desafios ao Direito. Os diversos processos de integração em curso questionam dogmas e impõem dificuldades às teorias do direito, trazendo obstáculos mais complexos a serem vencidos. Há desafios até mesmo para definirmos períodos, como alguns tentam e enfrentam nos conceitos da pós-modernidade ou modernidade líquida, para ficarmos em alguns dos mais recorrentes.

Desde os seus objetivos e características, o Estado-Nação necessita de um novo olhar com novos mecanismos de efetividade do Direito. Com efeito, se o acesso à justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, principalmente pelos novos canais abertos pela Constituição Federal brasileira, que recentemente comemorou bodas de prata, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo! Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e, consequentes, novos parcelamentos de 8, 10 e 15 anos das dívidas dos entes federativos e o julgamento da chamada ADI do "calote dos precatórios", que foi debatida entre nós em um dos painéis do evento. Não há dúvida sobre a necessidade de uma nova Teoria do Estado, que reconheça as importantes contribuições da chamada cidadania regional e universal para que possamos avançar na democracia e nas promessas não cumpridas da modernidade.

Sob essa bandeira, foram debatidos, ao longo dos 04 (quatro) dias de evento, uma cadeia de temas relevantes como (1) a filosofia e processo em tempos de protagonismo judicial, (2) reforma eleitoral e política, (3) desobediência civil, (4) ensino jurídico, (5) justiça de transição, (6) combate à corrupção; (7) direito e desenvolvimento; (8) Neoconstitucionalismo e Estado Plurinacional; (9) Princípios do Direito Comercial; (11) jurimetria; (12) hermenêutica e discricionariedade judicial; (13) Direito do Trabalho na Contemporaneidade; (14) precatórios e direitos fundamentais; (15) Direito Civil na Sociedade Global; (16) ética e empresa; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) consumo e sustentabilidade; (21) mestrado profissional; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) diálogo entre cortes e ordenamentos jurídicos. Isso sem dizer que também tivemos os fóruns dos coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito - FEPODI e, ainda, a exposição de pôsteres pelos pós-graduandos e graduandos em iniciação científica, que entendemos fundamental não apenas para melhor prepararmos os futuros mestrandos, mas também como forma de contribuição e inserção da pós-graduação na graduação do Direito.

Importante destacar e reconhecer neste último triênio, a grande liderança do Prof. Martônio Mont`Alverne Barreto Lima, coordenador da área, que magistralmente soube conduzir o Direito com muito diálogo, presença e competência. Com isso, e aliado ao grande esforço que os programas fizeram nos últimos anos, hoje já podemos comparar nossos números e critérios com os das demais áreas do conhecimento. De fato, conseguimos reunir dados e estudos para podermos com mais consciência questionar os critérios de qualidade e de internacionalização da nossa e das demais áreas.

Outro ponto destacado deste último triênio e que merece ser referido foi o engajamento do CONPEDI e seus associados na luta pela qualidade da educação jurídica na graduação. Foi por isso que nos unimos à ABEDI, OAB/Federal e outras entidades não apenas para organizarmos importantes publicações sobre o ensino e a pesquisa jurídica, mas do mesmo modo eventos de divulgação e críticas aos recentes documentos elaborados pelo MEC. E foi também por isso que tornamos permanente um espaço na programação dos nossos eventos, destinado aos graduandos. Nesse sentido, demos continuidade a nossa política de construção de pontes, mas com independência, em favor de um direito crítico, emancipatório e de qualidade.

Cumpre consignar a grande aproximação que desenvolvemos com o IPEA nos últimos anos, que permitiu a concretização de uma série de projetos como o livro "Direito e desenvolvimento", que foi lançado no Congresso, além de um aumento significativo de investimentos na área jurídica deste reconhecido instituto, que já beneficiou um grande número de pesquisadores, revistas, programas da nossa área e o próprio CONPEDI.

Finalmente, não poderia concluir sem destacar o grande esforço de toda a equipe da UNINOVE – desde os professores, passando pelos discentes de graduação e pós-graduação e colaboradores -, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso evento. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

São Paulo, primavera de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente do CONPEDI

Apresentação

Esta obra, que contempla um conjunto de capítulos rigorosamente selecionados para a apresentação no XXIII CONPEDI, destaca-se pela profundidade nos temas propostos. Temas estes que podem ser divididos nos eixos que nominam este grupo, os quais sejam: Empresa, Sustentabilidade e Funcionalização do Direito.

O eixo **'Empresa'** é o primeiro a ser apresentado. É composto por 7 capítulos que passamos a sintetizar a seguir.

Em "*A Compatibilização do Princípio da Função Social da Empresa e a obtenção de lucro na atividade empresária"*, os autores analisam a possibilidade de compatibilização do exercício da atividade empresarial lucrativa, primeiro fim de qualquer empresa privada, com o seu papel e importância social. Em *"As Cooperativas como instrumento da Economia Solidária"* a autora apresenta o panorama histórico, social e econômico que deu origem às sociedades cooperativas, analisa o contexto cooperativo brasileiro a fim de identificar a legislação aplicável.

Em *"A proteção da empresa e de suas funções por meio dos princípios da Lei de Recuperação e Falência"* as autoras abordam o conceito de empresa e atividade empresarial, destacando a responsabilidade social. Em *"Instrumentos sociais na empresa da atualidade e suas distinções conceituais"* os autores abordam a questão da diferenciação dos conceitos de Função Social, de Responsabilidade Social e de Filantropia na empresa da atualidade. Em *"Eficácia da proteção previdenciária a partir da teoria dos stakeholders"*o autor questiona sobre os níveis em que a empresa social poderá assumir parcela de obrigações no que se refere as consequências nefastas do acidente do trabalho na vida individual de cada trabalhador.

Em *"Empresa Transnacional – A estrela da globalização"* a autora busca analisar a empresa transnacional, percorrendo por sua evolução histórica até o presente século, observando a empresa sob a perspectiva sustentável e sua responsabilidade para com a sociedade civil e Direitos Humanos. Por fim, em *"A responsabilidade social das empresas como instrumento do desenvolvimento econômico e social"* os autores buscam averiguar meios de concretização dos fundamentos e objetivos previstos na Constituição Brasileira, em relação à dignidade humana e ao crescimento econômico. Compreendendo as mudanças de paradigmas no desenvolvimento econômico e social.

O segundo eixo desta obra destaca a temática empresarial sob a óptica da '**Sustentabilidade'** em 11 capítulos. Em *"A ascensão da troca: Um instrumento do consumo colaborativo e sustentável"* as autoras analisam no direito brasileiro, bem como sua relação com a compra e venda, no contexto do consumo colaborativo, que repercute diretamente em matéria de sustentabilidade.

Em *"A função social da empresa: sustentabilidade ambiental como diferencial competitivo entre as companhias abertas"* os autores buscam apresentar um viés ainda pouco conhecido do mercado de capitais e de seus principais atores - as companhias abertas - e as ações que têm sido desenvolvidas por muitas delas. Em *"A intervenção do Estado em prol do desenvolvimento sustentável empresarial: a função social da empresa"* os autores analisam a importância do Estado em exigir das empresas o cumprimento de praticas de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, auxiliá-las na continuidade da produção de bens e serviços, sob a rubrica do desenvolvimento.

Em *"A repercussão da função social da empresa nas relações da empresa com o consumidor e com o meio ambiente"* as autoras analisam o significado da função social da empresa e sua relação com a função social da propriedade, além de diferenciá-la da filantropia empresarial e da chamada responsabilidade social da empresa. Em *"Transporte marítimo sustentável: o desafio da segurança marítima e da proteção do meio ambiente marinho no contexto do pré-sal"* as autoras dissertam acerca da preocupação com a segurança marítima e a proteção do meio ambiente marinho, acentuando-se no atual contexto de descoberta da camada do pré-sal nas zonas marítimas brasileiras.

Em *"Arrecadação tributária oriunda das relações de emprego e as consequências para a sustentabilidade empresarial"* os autores realizaram um estudo vinculado à análise a arrecadação tributária oriunda das relações de emprego, estabelecendo-se paradigmas tais como a necessidade de observância da incidência de tributos na rotina empresarial, a formalização da relação de emprego e suas consequências para a sustentabilidade empresarial. Em *"Delineamentos para a aplicação da sustentabilidade: o papel autorregulamentar da empresa na proteção do meio ambiente"* os autores demonstram questões fundamentais relativas à adoção do preceito da sustentabilidade como um direito-dever jurídico de eficácia, a ser observado de maneira aplicada no meio empresarial.

Em *"Desenvolvimento sustentável: empresa e meio ambiente do trabalho"* os autores buscam ressaltar sobre a saúde e as condições do trabalhador que, diante de atividades empresariais baseadas quase que somente na obtenção de lucro, geram externalidades ambientais e à saúde deste trabalhador. Em *"Pensar o planejamento tributário empresarial á luz do direito de desenvolvimento sustentável"* a

autora apresenta um estudo sobre o que é planejamento tributário empresarial e sobre a sua utilização como uma ferramenta para a funcionalização ao direito ao desenvolvimento sustentável.

Em *"Política Nacional do Resíduo Sólido e a Responsabilidade Pós-Consumo nos dias atuais"* a autora aborda a evolução da globalização e o estudo da Responsabilidade Compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos segundo previsão legal da Lei 12.305 de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. Por fim, o capítulo *"A logística reversa de resíduos sólidos perigosos: desafios e oportunidades para as empresas"* a autora objetiva analisar a Logística Reversa de Resíduos Sólidos Perigosos, demonstrando que, em meio aos desafios para sua efetivação, podem-se abrir horizontes de negócios para as empresas, além de minimização dos efeitos danosos dos impactos ambientais – o que também acarretará bons resultados para a economia.

O terceiro e último eixo, denominado **Funcionalização do Direito,** é estruturado em 6 capítulos. Em *"Sustentabilidade econômica empresarial e o processo dinamogênico dos Direitos Humanos"* a autora aborda um breve estudo histórico do capitalismo, suas consequências na sociedade e o modo como reflete a sustentabilidade econômica e a continuidade empresarial, bem como seu reflexo nas relações humanas.

Em *"A recuperação judicial prevista na Lei 11.101/2005 em conformidade com os Direitos Humanos ao desenvolvimento"* a autora expõe o novo instituto da recuperação judicial que atua em conformidade com os direitos humanos ao desenvolvimento, discutindo se o instituto visa garantir o desenvolvimento de todos aqueles que dependem da atividade da empresa em crise econômico-financeira.

Em *"A responsabilidade social da empresa como forma de concretização do direito ao desenvolvimento"* as autoras demonstram neste capítulo que o empresário não deve apenas visar a atividade empresarial como uma dimensão individual mas coletiva da sociedade, no qual se deve preservar o meio ambiente por meio de uma postura ética, em conformidade com preceitos legais e a dignidade da pessoa humana. Em *"Cooperativas Populares: Uma análise crítica da legislação cooperativista com base no direito como integridade"* as autoras analisam criticamente as normas concernentes ao tema cooperativista, a fim de apontar diretivas para a correção de algumas falhas na legislação e nas políticas públicas voltadas para o setor.

Em *"Empresas Transnacionais e os Direitos Humanos: as responsabilidade positivas e negativas destas empresas no mundo globalizado"* o autor busca estudar as empresas transnacionais sob o enfoque dos Direitos Humanos na atualidade. Por fim, em *"Função Social da empresa como proteção à dignidade da pessoa humana"* os autores problematizam o a função social da empresa como instrumento para a realização da dignidade da pessoa humana analisa o conceito de função social no universo da empresa sob a ótica dos dispositivos constitucionais.

A obra "Empresa, Sustentabilidade e Funcionalização do Direito" apresenta temáticas relevantes, de alta complexidade e interligadas sistemicamente. Nesse sentido, inova para uma perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar no direito, enfrentando a problemática da sustentabilidade no âmago da atuação empresarial. Aborda transversalmente Direitos Humanos, Resíduos Sólidos, Função Social da Empresa, Meio do Trabalho, entre outras.

Coordenadores:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch

Prof. Dr. Juarez Freitas

Profª. Drª. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches